



## PROJETO BÁSICO

### 1. DO OBJETO

1.1 A aquisição dos materiais tem como objetivo a sua utilização em manutenções preventivas e corretivas, em instalações/remoções de condicionadores de ar, no sistema de refrigeração do prédio, tendo em vista a economia de energia elétrica e modernização do nosso sistema de refrigeração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas *campus* Presidente Figueiredo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
01	67326	<p><b>Detector de Vazamento Eletrônico</b></p> <p><b>Características:</b> Baixo consumo e pequeno; Ultrasensível (0,1 oz/yr); 1-5 níveis de sensibilidade; LED s de aviso de vazamento; Fácil operação; Acompanha sensor sobressalente; Dimensão: 17 x 6 x 3,8cm; Baterias: 2 x 1,5V AA (DC); Duração da bateria: 40 horas (aprox.); Tempo de resposta: Instantânea; Tempo de reset: Instantâneo; Comprimento da sonda: 30cm; Vida útil do sensor: 30 horas (aprox.); Temperatura de operação: 0 - 50°C. Voltagem Acessórios Inclusos 01 detector de vazamento 01 manual de instrução 01 sonda extra de detecção</p> <p><b>Informações Adicionais:</b> Detecta vazamento em todos gases halogêneos Detecta vazamento em gases CFC. exemplo: R12/R11/R500R503/etc Detecta vazamento em gases HFC. exemplo: R123/R22/R410a/R134a/et c</p>	Und	01	R\$ 305,02	R\$ 305,02



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



		Detecta vazamento de oxido de etileno em equipamento de esterilização hospitalar Detecta SF-6 em disjuntores de alta voltagem Detecta gases halogenados em sistema anti-incêndio Garantia 12 meses. Superior ou compatível a SURYHA, EOS.				
02	345658	<b>KIT FLANGEADOR EXCÊNTRICO - Com Catraca</b>  <b>Especificação Técnica:</b> Kit Flangeador Excêntrico C/Catraca + Cortador/Esclareador Mesa: 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8" e 3/4". Com limitador de torque que ao final da operação impede o avanço desnecessário da ferramenta. Cortador + Esclareador 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8" e 3/4". Gradualmente forma um flange 45°, sem criar ranhuras no tubo ou rachaduras. Superior ou compatível a SURYHA.	Und	01	R\$ 224,07	R\$ 224,07
03	105627	<b>Extrator de Válvula de Serviço</b>  <b>Descrição:</b> Extrator De Válvula Schraeder Compatível com os refrigerantes: R22, R410A, R407C e R404A Utilização: Serve para instalar e remover Válvula Schraeder em sistemas de refrigeração e ar condicionado, inclusive linha automotiva. Utilizada para aumentar a velocidade quando se faz um vácuo no sistema, colocar ou retirar gás refrigerante do mesmo.  Especificações Técnicas: Possui válvula de esfera que controla a entrada ou saída na hora do vácuo ou	Und	01	R\$201,02	R\$201,02



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



		<p>gás refrigerante; Construído de material robusto; Acompanha adaptador 1/4" e 5/16"; Acompanha adaptador de 3/8" para 1/4". Possui engate 1/4" para conectar Manifold ou Vacuômetro Digital. Trabalha em núcleos de válvulas de serviços de cabine de 1/4 e 5/16 portas de serviço. Garantia de 1 ano Superior ou compatível a SURYHA.</p>				
04	399615	<p><b>Cilindro de Gás Refrigerante</b></p> <p><b>Descrição:</b> Cilindro de gás refrigerante R410A 11,3kg.</p> <p><b>Especificações técnicas:</b> Gás Refrigerante R410A. Peso vasilhame de 13kg. Superior ou compatível a EOS.</p>	Und	02	R\$ 405,07	R\$ 810,14
05	150569	<p><b>Curvador de Tubo de Cobre e Alumínio em 180° de 1/4 3/8 E 5/16</b></p> <p><b>Descrição:</b> Utilizados na instalação e manutenção de tubos de aparelhos de refrigeração. O Curvador de Tubos serve para curvar tubos de cobre e alumínio sem causar danos à estrutura do componente.</p> <p><b>Especificações técnicas:</b> Utilizado nas medidas 1/4", 5/16" e 3/8"; Corpo de alumínio; Dobra tubos de 0,5mm sem amassar; Escala para dobrar <b>Garantia de 1 ano</b></p> <p>Superior ou compatível a SURYHA.</p>	Und	01	R\$ 76,63	R\$ 76,63



06	418894	<p><b>Fita PVC Branco e Ar Condicionado 100mm x 10m</b></p> <p><b>Descrição:</b> Esta Fita é produzida com PVC, é auto aderente, não adesiva, usada para proteção e acabamento do duto de isolamento de polietileno do tubo de cobre (polipex, isotubo) em instalações de refrigeração e ar condicionado. Como esta Fita não contém adesivo, permite uma instalação rápida, com melhor manuseio, e protege contra condensação e contra os raios UV (quando instalada em ambiente externo) aumentando a qualidade e durabilidade da obra. É também usada para envelopar as linhas elétrica, hidráulica e de gás refrigerante numa instalação de ar condicionado split, entre as unidades condensadora (unidade externa) e evaporadora (unidade interna).”</p> <p><b>Especificações técnicas:</b> Medidas: 100mm Largura x 10m Comprimento Material: PVC Adesiva: não Embalagem: 1 rolo Cor: Branco Superior ou compatível a EOS, Engefitas.</p>	Und	50	R\$ 3,71	R\$ 185,50
07	75450	<p><b>Tubo Cobre Flexível 1/4 6,35mm Panqueca 15 Metros</b></p> <p><b>Descrição:</b> Tubo Cano Cobre 1/4 Flexível Panqueca 15M</p> <p><b>Características Técnicas:</b> Produto: Tubo de Cobre Apresentação: Panqueca Aplicação: exclusivamente para Ar Condicionado e</p>	Und	10	R\$ 104,30	R\$ 1.403,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



		Refrigeração Tubo Sem Costura Flexível, recozido Medidas em mm: 6,35mm (diâmetro) x 0,79mm (parede)				
08	75450	<b>Tubo Cobre Flexível 1/2 12,70mm Panqueca 15 Metros</b>  <b>Descrição:</b> Tubo Cano Cobre 1/2 Flexível Panqueca 15M  <b>Características Técnicas:</b> Produto: Tubo de Cobre Apresentação: Panqueca Aplicação: exclusivamente para Ar Condicionado e Refrigeração Tubo Sem Costura Flexível, recozido Medidas em mm: 12,70mm (diâmetro) x 0,79mm (parede).	Und	10	R\$ 317,83	R\$ 3.178,30
09	75450	<b>Tubo Cobre Flexível 5/8 15,87mm Panqueca 15 Metros</b>  <b>Descrição:</b> Tubo Cano Cobre 5/8 Flexível Panqueca 15M  <b>Características Técnicas:</b> Produto: Tubo de Cobre Apresentação: Panqueca Aplicação: exclusivamente para Ar Condicionado e Refrigeração Tubo Sem Costura Flexível, recozido Medidas em mm: 15,87mm (diâmetro) x 0,79mm (parede)	Und	10	R\$ 382,98	3.829,80
10	20761	<b>Tubo Esponjoso Isolante Preto Blindado 1/4x10mm</b>  <b>Descrição:</b> Tubo Esponjoso de alta qualidade.  <b>Especificações Técnicas:</b> Contém 1 unidade na cor Preto. Medidas: Comprimento 2 metros.	Und	75	R\$ 2,28	R\$ 171,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO



		Diâmetro interno 1/4. Superior ou compatível a EPEX.				
11	20761	<b>Tubo Esponjoso Isolante Preto Blindado 1/2x10mm</b>  <b>Descrição:</b> Tubo Esponjoso de alta qualidade.  <b>Especificações Técnicas:</b> Contém 1 unidade na cor Preto. Medidas: Comprimento 2 metros. Diâmetro interno 1/2. Superior ou compatível a EPEX.	Und	75	R\$ 2,55	R\$ 191,25
12	20761	<b>Tubo Esponjoso Isolante Preto Blindado 5/8x10mm</b>  <b>Descrição:</b> Tubo Esponjoso de alta qualidade.  <b>Especificações Técnicas:</b> Contém 1 unidade na cor Preto. Medidas: Comprimento 2 metros. Diâmetro interno 5/8. Superior ou compatível a EPEX.	Und	75	R\$ 3,40	R\$ 255,00
13	461654	<b>Óleo Lubrificante ISO VG46 500ML Para Bomba de Vácuo</b>  <b>Descrição:</b> Óleo mineral usado para Bomba de Vácuo.  <b>Especificações Técnicas:</b> Resistente a oxidação; Alto índice de viscosidade; Baixa pressão de vapor; Suporta altas pressões de vácuo. GRAU ISO VG:46 Densidade, 20/4 °C:0,8686 g/cm <sup>3</sup> Índice de Viscosidade: 100 - 110 Ponto de Fulgor, VAC: 220° C min Ponto de Fluidez: -6 500ml	Und	03	R\$ 34,52	R\$ 103,56



		Garantia de 1 ano. Superior ou compatível a SURYHA.				
14	35173	<b>Kit mola curvador de tubos</b>  <b>Descrição:</b> kit mola curvador de tubos Esse jogo com 5 molas para curvar tubos de cobre e alumínio. Ideal para refrigeração e ar condicionado. As Molas são utilizadas para curvar tubos de sistemas de refrigeração  <b>Especificação Técnicas:</b> Kit com 5 molas nos tamanhos: 1/4, 1/2, 3/4, 3/8, 5/8.	Und	01	R\$ 56,91	R\$ 56,91

## 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os materiais pleiteados serão devidamente utilizados para manutenções preventivas/corretivas e instalações de equipamentos de ar condicionados, tendo em vista a economia de energia elétrica. O intuito da aquisição dos itens supracitados é a melhoria no desempenho dos equipamentos de refrigeração, garantindo um acompanhamento in loco, que poderá ser executado com os materiais pleiteadas, com a manutenção e instalação de equipamentos modernos teremos uma economia de energia elétrica.

A aquisição do objeto também é necessária tendo em vista, a necessidade de se adequar às normas vigentes da NR17 (Norma Reguladora 17), do Ministério do Trabalho, que é uma norma geral com a finalidade de padronizar as condições do trabalho de todos os trabalhadores do Brasil. Essa norma trata da ergonomia dos funcionários, estabelece parâmetros para aumentar o conforto e melhorar a segurança das tarefas, além de proporcionar maior desempenho na execução do trabalho e descreve como deve ser a climatização do local de trabalho. Portanto as aquisições visam implementar melhorias no sistema de refrigeração do campus, com intuito de minimizar cada vez mais os gastos com energia elétrica.

## 3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019.

## 4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Avenida Onça Pintada, Nº 1308. Bairro: Galo da Serra.



Município: Presidente Figueiredo/AM – CEP: 69.735-000, no horário de 8:00 as 11:30h e de 13:00h as 17:00h.

- 4.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 5.1 São obrigações da Contratante:

- 5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;



- 6.1.2 Os Reagentes devem estar acompanhados de suas FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico), em português;
- 6.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **7 DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9 CONTROLE DA EXECUÇÃO**

- 9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



## 10 DO PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



- 10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.12 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.13.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11 DO REAJUSTE

- 11.1 Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Considerando a discricionariedade apontada pelo art. 56 da Lei nº 8.666/93, verifica-se que na presente contratação não demanda a necessidade de exigência de garantia contratual.

## 13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 falhar fraudar na execução do contrato;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 cometer fraude fiscal.

13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2 multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

13.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 13.3 As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 14 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 11.945,20.

#### 15 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

PTRES	FONTE	ND	UGR	PI
170981	8100000	339030/42	158562	L20RLP012N
170981	8100000	339030/34	158562	L20RLP012N
170981	8100000	339030/03	158562	L20RLP012N
170981	8100000	339030/25	158562	L20RLP012N
170981	8100000	339030/26	158562	L20RLP012N
170981	8100000	449054/04	158562	L20RLP012N

#### 16 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 5º da Instrução Normativa/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, quais sejam:

16.1.1 que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

16.1.2 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –



INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.1.3 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

16.1.4 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**Presidente Figueiredo, 01 de dezembro de 2020.**

Assinado de forma digital  
por Leonidas Gama da Silva  
Dados: 2020.12.01 08:24:08  
-04'00'

**Leonidas Gama da Silva**  
Técnico em Mecânica  
Siape 2196630

### **APROVAÇÃO MOTIVADA**

Considerando que o Termo de Referência elaborado se apresenta de forma conveniente e oportuna para atender a demanda exposta neste documento, e que os elementos necessários para que os fornecedores elaborem suas propostas, aprovo este documento, em cumprimento à legislação pátria, instruções normativas vigentes e boas práticas da Administração Pública.

Presidente Figueiredo, 01 de dezembro de 2020.

Assinado de forma digital  
por JACKSON PANTOJA LIMA  
Dados: 2020.12.01 12:38:37  
-04'00'

**JACKSON PANTOJA LIMA**  
Diretor Geral do IFAM Campus Presidente Figueiredo  
Portaria nº 1.135/GR-IFAM/27/05/2019